



PREFEITURA DE SÃO PAULO

SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO NÚCLEO DE COMPRAS E CONTRATOS - Aquisição

Rua Marina Ciufuli Zanfelize, 371, - Bairro Lapa - São Paulo/SP - CEP 05040-000
Telefone:

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/DREFB/2026

Processo Eletrônico nº 6016.2026/0041088-1

Tipo: Menor preço

UASG: nº 925195

Objeto da licitação: Aquisição de materiais de consumo para o Recreio nas férias edição Julho/2026.

Data e hora da abertura da sessão pública: **16/06/2026, às 09h00 (horário de Brasília)**

Será realizado no sistema compras.gov.br. no endereço Eletrônico: <https://www.gov.br/compras>

Critério de Julgamento: MENOR VALOR POR LOTE

Modo de Disputa: Aberto

Preferência de ME/EPP/EQUIPARADAS: SIM

SME/DREFB/ - Núcleo de Aquisições

Endereço: Marina Ciufuli Zanfelize, nº 371, Lapa de Baixo, São Paulo/SP, CEP 05040-000

Telefone: (11) 3397-8625

E-mail: drefbaquisicoes@sme.prefeitura.sp.gov.br

1. EMBASAMENTO LEGAL
2. OBJETO
3. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO
4. DA PARTICIPAÇÃO DE LICITANTES SOB A FORMA DE CONSÓRCIO
5. ACESSO ÀS INFORMAÇÕES
6. IMPUGNAÇÃO DO EDITAL
7. DO ORÇAMENTO ESTIMADO
8. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS
9. ABERTURA DA SESSÃO E CLASSIFICAÇÃO INICIAL DAS PROPOSTAS DE PREÇOS
10. ETAPA DE LANCES E NEGOCIAÇÃO
11. MODO DE DISPUTA ABERTO
12. JULGAMENTO
13. HABILITAÇÃO
14. FASE RECURSAL
15. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
16. PREÇO E DOTAÇÃO
17. CONDIÇÕES DO AJUSTE
18. PENALIDADES
19. DISPOSIÇÕES GERAIS
ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS
ANEXO II - PROPOSTA DE PREÇOS
ANEXO III - DECLARAÇÕES
ANEXO IV - MODELO DE ANEXO À NOTA DE EMPENHO

Diretoria Regional de Educação Freguesia /Brasilândia
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/ DREFB/2026
(Processo Administrativo nº 6016.2026/0041088-1)

Torna-se público que a Secretaria Municipal de Educação de São Paulo - SME, por meio da Diretoria Regional de Educação Freguesia /Brasilândia, sediada à Rua Marina Ciufuli Zanfelize nº. 351 e 371, Lapa, CEP: 05040-000 São Paulo - SP, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 62.100, de 27 de dezembro de 2022, do decreto e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. EMBASAMENTO LEGAL

O procedimento licitatório e os atos dele decorrentes observarão as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, do Decreto Municipal nº 62.100/2022, do Decreto Municipal nº 56.475/2015, da Lei Complementar nº 123/2006, e das demais normas aplicáveis.

2. OBJETO

2.1. O presente pregão tem por objeto a aquisição de materiais de consumo para o Recreio nas férias julho 2026, de acordo com as especificações previstas no Termo de Referência - Anexo I deste Edital, conforme sintetizado a seguir:

LOTES/ITEM	OBJETO	QUANTITATIVO	PERCENTUAL	PARTICIPAÇÃO
ITEM 1	Recreação e Jogos	19 itens	100%	Participação Exclusiva
ITEM 2	Recreação e Jogos	19 itens	100%	Participação Ampla
ITEM 3	Pedagógicos e artísticos	12 itens	100%	Participação Exclusiva
ITEM 4	Pedagógicos e artísticos	12 itens	100%	Participação Ampla

ITEM 5	Recreação Coletiva e eventos	7 itens	100%	Participação Exclusiva
ITEM 6	Recreação Coletiva e eventos	7 itens	100%	Participação Ampla
ITEM 7	Esportivos e Psicomotores	17 itens	100%	Participação Exclusiva
ITEM 8	Esportivos e Psicomotores	17 itens	100%	Participação Ampla
ITEM 9	Expediente administrativo e Apoio	8 itens	100%	Participação Exclusiva
ITEM 10	Expediente administrativo e Apoio	8 itens	100%	Participação Ampla
ITEM 11	Equipamentos técnicos e Materiais	4 itens	100%	Participação Exclusiva
ITEM 12	Equipamentos técnicos e Materiais	4 itens	100%	Participação Ampla
ITEM 13	Diversos e de Apoio	1 item	100%	Participação Exclusiva
ITEM 14	Diversos e de Apoio	1 item	100%	Participação Ampla

2.2. Será facultada a cada licitante a participação em quantos itens (lotes) forem de seu interesse, podendo sagrar-se vencedora em quaisquer deles.

2.3. Os lotes de participação exclusiva são destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte, que declarem esta condição no campo próprio do sistema por meio do qual se processará a Licitação.

2.4. Os lotes de participação ampla são destinados à participação de quaisquer pessoas interessadas, assegurando-se às MEs e EPPs os benefícios estabelecidos nos arts. 42 a 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

2.5. Para usufruir do tratamento diferenciado previsto nos artigos 42 a 45 da Lei Complementar nº123/2006, de acordo com o quadro constante da cláusula 2.1, as microempresas e empresas de pequeno porte, assim qualificadas nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, deverão observar as regras estabelecidas pelo Decreto nº 56.475/2015, declarando no campo próprio do sistema sua condição.

2.5.1. A obtenção dos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006 fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.5.2. Tratando-se de item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação “não”, no campo próprio de que trata a cláusula 2.3, impedirá o prosseguimento no certame para o item.

2.5.3. As referências deste edital e de seus anexos ao tratamento favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte abrangem as cooperativas que preencham as condições estabelecidas no artigo 1º, §2º, do Decreto nº 56.475/2015.

2.6. Os lotes 02, 04, 06, 08, 10, 12 e 14 de participação ampla no quantitativo total apenas será processado se o lote correspondente à participação exclusiva for julgado prejudicado, nas hipóteses elencadas abaixo:

- a) Não comparecimento de licitantes qualificadas como MEs ou EPPs, ou ainda comparecimento somente de pessoas que não tenham apresentado declaração desta condição, nos termos deste edital;
- b) Apresentação de propostas em desacordo com as características, especificações técnicas e condições descritas no Anexo I do Edital, ou desaprovação das amostras apresentadas, quando exigidas;
- c) Não obtenção de preço aceitável;
- d) Inabilitação de todos os licitantes.

2.6.1. Os lotes de ampla concorrência possuem caráter subsidiário e somente serão processados nas hipóteses de fracasso, deserção, inabilitação dos licitantes ou inviabilidade do lote exclusivo correspondente destinado às ME/EPP.

2.6.2. Não haverá adjudicação simultânea do lote exclusivo e do respectivo lote subsidiário, sendo este automaticamente desconsiderado em caso de êxito do lote exclusivo.

2.6.3. A sistemática observará critérios objetivos definidos nos itens 2.6. a, b,c e d deste documento convocatório, assegurando isonomia, transparência, competitividade e julgamento objetivo.

2.6.4. Deverão ser observadas as especificações e condições de fornecimento constantes do Termo de Referência – Anexo I, parte integrante deste edital.

3. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar da licitação as empresas que:

a) atenderem a todas as exigências deste edital e de seus anexos, desde que sejam credenciadas, com cadastro ativo, no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras) – Certificado Digital ICP-Brasil.

a.1) As condições de cadastramento no SICAF deverão ser providenciadas até o terceiro dia útil anterior à data estabelecida para recebimento das propostas.

b) tenham objeto social pertinente e compatível ao licitado;

c) não estejam sob processo de falência;

c.1 É admitida participação de empresas em recuperação judicial, desde que apresentada certidão emitida pela instância judicial competente demonstrando estar a empresa apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório;

d) não estejam constituídas em forma de consórcio;

e) não tenham sido declaradas inidôneas para licitar e contratar com a Administração Pública;

f) não estejam suspensas ou impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública;

g) não se enquadrem nas seguintes vedações de participação (art. 14 da Lei 14.133/2021):

g1) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta, estendendo-se a vedação ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que comprovado o ilícito ou utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

g2) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;

g3) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

g4) Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

g.4.1) As vedações estendem-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

g5) Não poderão participar da licitação OSCIP's atuando nessa condição.

3.2. As microempresas e empresas de pequeno porte, assim qualificadas nos termos da Lei Complementar 123/06, alterada pela Lei Complementar 147/2014, bem como as cooperativas que preencham as condições estabelecidas no artigo 1º, §2º, do Decreto nº 56.475/2015, poderão participar desta licitação usufruindo dos benefícios estabelecidos nos artigos 42 a 45 daquela Lei Complementar, devendo para tanto observar as regras estabelecidas de acordo com o Decreto nº 56.475/2015, declarando no campo próprio do sistema sua condição.

3.2.1.1. Não são aplicáveis os benefícios e demais disposições previstas nos artigos 42 a 49 da Lei Complementar 147/2014 no caso de licitação para aquisição de bens ou contratação de serviços em geral, ao item e, em se tratando de contratação de obras e serviços de engenharia, às licitações cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.2.1.1.1. A obtenção dos benefícios fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de

enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.2.1.1.2. Nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato.

3.2.2. Como requisito para a participação no pregão, a licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que está ciente e concorda com as condições do edital e anexos.

3.2.3. A participação neste Pregão implica o reconhecimento pela Licitante de que conhece, atende e se submete a todas as cláusulas e condições do presente edital, bem como as disposições contidas na legislação indicada na cláusula "1" deste Edital, que disciplinam a presente licitação e integrarão o ajuste correspondente, no que lhe for pertinente.

3.2.4. Também NÃO poderá participar, direta ou indiretamente da presente licitação, agente público da Diretoria Regional de Educação Freguesia / Brasilândia, devendo ainda ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

3.2.4.1. As vedações previstas na cláusula 3.2.1 estendem-se a terceiro que auxilie a condução da licitação ou contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.3. A licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que está ciente e concorda com as condições do edital e anexos.

4. DA PARTICIPAÇÃO DE LICITANTES SOB A FORMA DE CONSÓRCIO

4.1. É vedada, nesta licitação, a participação de licitantes sob a forma de consórcio."

5. ACESSO ÀS INFORMAÇÕES

5.1. Qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos ou informações relativos a esta licitação, que serão prestados mediante solicitação dirigida ao pregoeiro, até 03 (três) dias úteis antes da data marcada para abertura do certame, por meio do endereço eletrônico drefbaquisicoes@sme.prefeitura.sp.gov.br.

5.2. Os esclarecimentos e as informações serão prestados no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data de abertura do certame.

6. IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

6.1. Qualquer pessoa, física ou jurídica poderá formular impugnações contra o ato convocatório, até 3 (três) dias úteis antes da data marcada para abertura do certame, mediante petição apresentada via e-mail, drefbaquisicoes@sme.prefeitura.sp.gov.br, em seu corpo ou documento anexo.

6.2. No ato da apresentação da impugnação é obrigatório anexar ao e-mail a cópia digitalizada dos seguintes documentos:

a) se o impugnante for pessoa física, documento emitido por órgão de identificação dos Estados, Distrito Federal e/ou documento que seja reconhecido por lei como documento de identificação, em via física ou digital; e comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);

b) se o impugnante for pessoa jurídica, comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), acompanhado do respectivo ato constitutivo ou de procuração, que comprove que o signatário da impugnação efetivamente representa a impugnante, bem como os documentos de identificação do signatário mencionados no item 6.2.a.

6.3. Caberá ao Pregoeiro se manifestar, motivadamente, a respeito da(s) impugnação(ões), proferindo sua decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data de recebimento, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

6.4. Quando o acolhimento da impugnação implicar alteração do edital capaz de afetar a formulação das propostas, será designada nova data para a realização do certame.

6.5. A decisão sobre a impugnação será publicada no sítio eletrônico oficial e no Diário Oficial da Cidade – DOC.

6.6. Os pedidos de impugnações, bem como as respectivas respostas serão divulgados no sistema eletrônico para visualização dos interessados.

6.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

6.8. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

7. ORÇAMENTO ESTIMADO

7.1. A publicidade do orçamento estimado permanecerá restrita até a abertura da fase recursal, nos termos do art. 32 do Decreto nº 62.100/2022.

7.2. A restrição temporária da publicidade do orçamento estimado não prevalecerá para os órgãos de controle interno e externo.

8. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

8.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, a proposta com a descrição do objeto e o preço, até a data e o horário estabelecidos para a abertura da sessão pública, devendo, no cadastramento da proposta, proceder às seguintes declarações, em campo próprio do sistema:

a) Que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

b) que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei Federal nº 14.133/2021, caso cooperativa;

c) que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei Federal nº 14.133/2021, caso enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte;

d) Que não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

e) que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta, nos termos do art. 63, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021;

8.2. A proposta deverá contemplar, necessariamente, os quantitativos previstos na cláusula 2.1 deste Edital, sendo vedada a apresentação de proposta para quantitativos inferiores, sob pena de desclassificação.

8.3. A licitante deverá consignar na sua proposta o Valor e a descrição do objeto ofertado, observado o Termo de Referência - Anexo I deste Edital, indicando a marca e o fabricante do produto.

8.4. Até a abertura da sessão, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

8.5. A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiros sua proposta, lances e declarações, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

8.6. A apresentação da proposta de preços implicará em plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e em seus anexos.

8.7. A proposta deve conter oferta firme e precisa, sem alternativa de produtos, preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

8.8. Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional, em algarismos, contendo apenas duas casas decimais, e devem ser adequados aos praticados no mercado na data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária e devem incluir todos os custos diretos, indiretos e despesas, necessários ao fornecimento do objeto, inclusive frete. O preço ofertado constituirá a única e completa remuneração pelo cumprimento do objeto deste certame.

8.9. Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos serão considerados como inclusos nos preços, não sendo aceitos pleitos de acréscimo, a qualquer título.

8.10. A licitante declarada vencedora do certame deverá enviar a proposta de preços, observado o disposto neste Edital, de acordo com o modelo que segue como Anexo II deste Edital, com todas as informações ali constantes, devendo ser redigida em língua portuguesa, com clareza, perfeitamente legível, sem emendas, rasuras, borrões, acréscimos ou entrelinhas, ser datada, e assinada por seu representante legal ou procurador, devidamente identificado com número de CPF e respectivo cargo na licitante.

8.11. A proposta deverá ter validade de 120 (cento e vinte) dias corridos, contados a partir da data de sua apresentação.

9. ABERTURA DA SESSÃO E CLASSIFICAÇÃO INICIAL DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

9.1. Na data e horário indicados no preâmbulo deste Edital terá início automático a sessão pública do

pregão eletrônico.

9.2. A análise da conformidade das propostas visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos e será feita exclusivamente na fase de julgamento em relação à proposta mais bem classificada.

9.3. Serão desclassificadas as propostas:

- a) cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados neste edital e seus anexos;
- b) que por ação da licitante ofertante, nos momentos do procedimento em que o sigilo seja essencial, contenham elementos que permitam a sua identificação;
- c) estipule preços inexequíveis ou acima do máximo definido para a contratação, global e unitariamente;

9.4. A desclassificação se dará por decisão motivada e registrada no sistema.

9.5. Serão desconsideradas ofertas ou vantagens baseadas nas propostas dos demais licitantes.

9.6. Somente as licitantes cujas propostas sejam classificadas e ordenadas automaticamente pelo sistema participarão da fase de lances.

10. ETAPA DE LANCES E NEGOCIAÇÃO

10.1. Iniciada a etapa competitiva, as licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento, registro e valor.

10.2. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado e as regras para sua aceitação, bem como o Modo de Disputa previsto na Cláusula 11 deste Edital.

10.3. A Licitante somente poderá oferecer lance inferior ou percentual de desconto maior ao último por ela ofertado e registrado pelo sistema, observados os seguintes intervalos mínimos entre lances: Lotes 1 e 2: R\$100,00; Lotes 3 e 4: R\$50,00; Lotes 5 e 6: R\$50,00; Lotes 7 e 8: R\$100,00; Lotes 9 e 10: R\$50,00; Lotes 11 e 12: R\$20,00 e Lotes 13 e 14: R\$5,00. em relação aos lances intermediários e em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

10.4. A licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 segundos após o registro do sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

10.5. As licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

10.6. Na hipótese de o sistema eletrônico se desconectar no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

10.7. Caso a desconexão do sistema eletrônico persista por tempo superior a dez minutos para o órgão ou a entidade promotora da licitação, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

10.8. No caso de haver a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, será observado o que segue, no tocante aos itens (lotes) para os quais incida o tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006, conforme descrito na cláusula 2.1 deste Edital:

10.8.1. Antes da classificação definitiva de preços, caso a melhor oferta não tenha sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte, ou cooperativa que preencha as condições estabelecidas no artigo 1º, §2º, do Decreto nº 56.475/2015, o sistema utilizado verificará se ocorreu empate ficto previsto no § 2º do artigo 44 da Lei Complementar nº 123/2006 e Decreto nº 56.475/2015, ou seja, as propostas apresentadas por microempresas ou empresas de pequeno porte, com valores até 5% (cinco por cento) acima do melhor preço ofertado.

10.8.2. Em caso positivo, a microempresa ou empresa de pequeno porte, convocada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela, à primeira classificada no prazo de 5 (cinco) minutos, sob pena de preclusão.

10.8.3. Caso a microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP) convocada não exerça o benefício de ofertar preço inferior à primeira classificada ou não o faça no tempo aprazado, o sistema automaticamente convocará as ME/EPP remanescentes que, porventura, se enquadrem na hipótese do empate ficto, na ordem classificatória, para exercício do mesmo direito, sucessivamente, se for o caso.

10.8.4. Se houver equivalência entre os valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos apontados nos itens anteriores, será realizado sorteio para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

10.8.5. Em caso de eventual empate entre propostas ou lances, serão adotados os critérios previstos no art. 60 da Lei Federal nº 14.133/2021, de acordo com a ordem legalmente estabelecida.

10.8.6. Encerrada a etapa de lances da sessão pública e definida a licitante que apresentou o melhor preço, o pregoeiro deverá com ela negociar, mediante troca de mensagens no sistema eletrônico, com vistas à obtenção de melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste edital.

10.9. Visando à celeridade do procedimento licitatório, ao ser convocada, a licitante deverá se manifestar no prazo estabelecido pelo pregoeiro, sob pena de desclassificação, caso verificada a hipótese da cláusula 10.11 deste Edital.

10.10. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes, bem como anexação aos autos do processo.

10.11. Quando o primeiro colocado, em que pese à negociação realizada, mantiver sua proposta acima do preço máximo definido, a proposta será desclassificada e a negociação poderá ser realizada com os demais licitantes, observada a ordem de classificação.

10.12. O licitante mais bem classificado deverá, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável mediante solicitação fundamentada e autorização do Pregoeiro, enviar a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada.

10.13. Encerrada a negociação, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

11. MODO DE DISPUTA ABERTO

11.1. No modo de disputa aberto os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos em sessão pública com duração de 10 (dez) minutos com prorrogação automática quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos.

11.2. A prorrogação automática será de dois minutos e ocorrerá de forma sucessiva enquanto houver lances enviados nesse período.

11.3. Não havendo novos lances a sessão pública encerrar-se-á automaticamente e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

11.4. Após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), a Administração poderá admitir o reinício da disputa aberta para a definição das demais colocações.

11.5. Admitido o reinício, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários, podendo optar por manter o seu último lance.

11.6. Expirados os prazos, o sistema ordenará e divulgará os lances.

12. JULGAMENTO

12.1. Para julgamento e classificação das propostas será adotado o critério do menor preço por lote, observados os requisitos, as especificações técnicas e os parâmetros definidos neste Edital e em seus anexos quanto ao objeto.

12.2. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro realizará a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado e à compatibilidade do preço em relação ao estimado para a contratação.

12.3. Nesta fase serão consultados os cadastros previstos no item 13.7 em nome da empresa licitante e de seu sócio majoritário, de forma a verificar a existência de sanção que impeça a participação no certame e futura contratação, garantida a manifestação do licitante previamente a eventual desclassificação.

12.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum benefício direcionado às ME/EPP's, o pregoeiro diligenciará para verificar o enquadramento.

12.5. Será desclassificada a proposta vencedora nas hipóteses da cláusula 9.3.

12.6. Erros no preenchimento da proposta não constituem motivo para desclassificação da proposta, desde que se limitem a erros ou falhas que não alteram a substância da proposta.

13. HABILITAÇÃO

13.1. Divulgado o julgamento das propostas de preços na forma prescrita neste Edital, passar-se-á à fase de habilitação.

13.2. A habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista e econômico-financeira da licitante vencedora poderá ser substituída por meio de registro regular no SICAF.

13.3. Caso os dados e informações constantes do SICAF não atendam aos requisitos exigidos deste Edital, o Pregoeiro verificará a possibilidade de alcançar os documentos por meio eletrônico, juntando-os

ao processo administrativo pertinente à licitação.

13.4. O Pregoeiro e sua Equipe de Apoio consultarão os documentos exigidos neste Edital, por meio eletrônico, devendo a licitante encaminhar pelo sistema os demais documentos não emitidos via Internet.

13.5. Na impossibilidade de obtenção/emissão de documentos por meio eletrônico, o Pregoeiro solicitará sua apresentação pela licitante, juntamente com os demais documentos.

13.6. A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos hábeis de informações no momento da verificação de documentação ou dos meios para a transmissão de documentos a que se referem as cláusulas anteriores, ressalvada a indisponibilidade de seus próprios meios. Na hipótese de ocorrerem essas indisponibilidades, a licitante deverá encaminhar os documentos solicitados por outros meios, dentro do prazo estabelecido, sob pena de inabilitação, mediante decisão motivada.

13.7. Por meio de aviso lançado no sistema, via “chat”, o Pregoeiro informará às demais licitantes a empresa habilitada por atendimento às condições estabelecidas neste Edital.

13.8. A habilitação se dará mediante o exame dos documentos a seguir relacionados, relativos a:

13.9. Habilitação jurídica:

a) Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual ou Sociedade Limitada Unipessoal;

b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social atualizado e registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedade empresária ou cooperativa, devendo o estatuto, no caso das cooperativas, estar adequado, na forma prevista nos artigos 27 e 28 da Lei Federal n. 12.690/2012;

c) Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedades empresárias ou cooperativas, quando tal informação já não estiver contida no documento de que trata a alínea b desta cláusula;

d) Ato constitutivo atualizado e registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício quando tal informação já não estiver contida no ato constitutivo;

e) Ato de autorização, tratando-se de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País

f) Ato de registro ou autorização expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

13.10. Regularidade fiscal, social e trabalhista:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ.

b) Certidão de regularidade de débitos relativos a tributos federais e à dívida ativa da União, inclusive as contribuições sociais;

c) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual, relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado.

d) Certidão de regularidade de débitos referentes a tributos estaduais relacionados com o objeto licitado, expedida por meio de unidade administrativa competente da sede ou domicílio da licitante.

d.1) No caso de a licitante ter domicílio ou sede no Estado de São Paulo, a prova de regularidade para com a Fazenda Estadual se dará através da certidão de débitos tributários da Dívida Ativa do Estado de São Paulo, expedida nos termos da Resolução SF/PGE nº 02/2013, ou a que suceder.

e) Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS).

f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de correspondente certidão negativa.

13.11. Qualificação econômico-financeira

a) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

13.12. Qualificação técnica

a) Não será exigida comprovação de qualificação técnica para participação no presente certame, considerando tratar-se de aquisição de bens de consumo comuns, amplamente disponíveis no mercado.

13.13. Outros Documentos de habilitação:

a) Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, sob as penas da Lei, conforme o disposto no artigo. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal e inciso VI do art. 68 da Lei Federal nº 14.133/2021

b) Declaração de inexistência de fato impeditivo de sua habilitação, inclusive condenação judicial na proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.

transitada em julgada ou não desafiada por recurso com efeito suspensivo, por ato de improbidade administrativa;

c) Declaração de que a licitante não possui sanções vigentes previstas no inciso III do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Município de São Paulo e no inciso IV do mesmo artigo, no âmbito de quaisquer entes federativos.

d) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social.

e) Declaração, sob as penas da Lei, de ciência sobre a impossibilidade de contratar com a Administração Municipal caso possua inscrição no Cadastro Informativo Municipal - CADIN MUNICIPAL.

13.13.1. As declarações supra deverão ser elaboradas em papel timbrado e subscritas pelo representante legal da licitante, sendo recomendada a utilização do modelo constante no ANEXO III do presente Edital, facultando-se a elaboração de declarações individualizadas.

13.13.2. A licitante, para fins de habilitação, deverá observar as disposições gerais que seguem:

13.13.2.1. Todos os documentos devem estar com seu prazo de validade em vigor. Se este prazo não constar de cláusula específica deste edital, do próprio documento ou de lei específica, será considerado o prazo de validade de 06 (seis) meses, a contar da data de sua expedição, salvo os atestados/certidões de qualificação técnica, caso exigível neste certame, para os quais não se exige validade.

13.13.2.2. Todos os documentos expedidos pela empresa deverão estar subscritos por seu representante legal ou procurador, com identificação clara do subscritor.

13.13.2.3. Os documentos serão apresentados em original, por cópia autenticada ou por cópia simples com autenticidade declarada por advogado sob sua responsabilidade pessoal.

13.13.2.4. A autenticidade dos documentos emitidos via Internet será conferida pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio.

13.13.2.5. Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

13.13.2.6. Caso a licitante pretenda que um de seus estabelecimentos, que não o participante desta licitação, execute o futuro contrato, deverá apresentar toda documentação de habilitação de ambos os estabelecimentos.

13.13.2.7. *Atestados de capacidade técnica ou de responsabilidade técnica podem ser apresentados em nome e com o número do CNPJ (MF) da matriz ou da filial da empresa licitante, caso os respectivos atestados forem exigíveis neste certame.*

13.13.2.8. Todo e qualquer documento apresentado em língua estrangeira deverá estar acompanhado da respectiva tradução para o idioma pátrio, feita por tradutor público juramentado.

13.13.2.9. Não serão aceitos documentos cujas datas e caracteres estejam ilegíveis ou rasurados de tal forma que não possam ser entendidos.

13.13.2.10. Os documentos exigidos para habilitação não poderão, em hipótese alguma, ser substituídos por protocolos, que apenas configurem o seu requerimento, não podendo, ainda, ser remetidos posteriormente ao prazo fixado.

13.13.2.11. Serão aceitas como prova de regularidade, certidões positivas com efeito de negativas e certidões positivas que noticiem em seu corpo que os débitos estão judicialmente garantidos ou com sua exigibilidade suspensa

13.14. O Pregoeiro e sua Equipe de Apoio verificarão eventual descumprimento das vedações de participação na licitação, mediante consulta ao:

a) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, do Conselho Nacional de Justiça (CNIA - CNJ), no endereço eletrônico www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php;

b) Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, no endereço eletrônico <https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>;

c) Rol de Empresas Punidas, disponível no endereço eletrônico https://capital.sp.gov.br/web/gestao/w/coordenadoria_de_bens_e_servicos_cobes/empresas_punidas/9255;

d) Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), disponível no endereço eletrônico <https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>;

13.15. As consultas realizar-se-ão em nome da licitante, da matriz (quando filial seja a licitante), e de seus sócios majoritários.

13.16. Os documentos serão analisados pelo Pregoeiro e sua Equipe de Apoio quanto a sua conformidade com os solicitados e serão anexados ao processo administrativo pertinente a esta

licitação.

13.17. Estando a documentação de habilitação da licitante vencedora em desacordo com as exigências do Edital, ela será inabilitada.

13.17.1.1. Para o(s) item(ns)/lote(s) em que haja incidência do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006, conforme quadro da cláusula 2.1, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal de microempresa ou empresa de pequeno porte assim qualificada, bem como de cooperativa que preencha as condições estabelecidas no artigo 1º, §2º, do Decreto nº 56.475/2015, a sessão será suspensa, concedendo-se o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, para regularização, de forma a possibilitar, após tal prazo, sua retomada, nos termos do disposto no artigo 17 do Decreto nº 56.475/2015.

13.18. Sendo inabilitada a proponente cuja proposta tenha sido classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, verificando sua aceitabilidade e procedendo à habilitação da licitante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta ou lance e proponente que atendam o Edital.

13.19. Após a entrega dos documentos de habilitação, não será admitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência para complementação de informações em relação aos documentos já apresentados e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame e para atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

13.20. Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

13.21. Estando a documentação de habilitação da licitante completa, correta, com observância de todos os dispositivos deste Edital e seus Anexos o Pregoeiro considerará a proponente habilitada e vencedora do certame.

14. FASE RECURSAL

14.1. Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, não inferior a 10 minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

14.2. As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de três dias úteis, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases, da ata de julgamento.

14.3. Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de três dias úteis, contado da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

14.4. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

14.5. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.

14.6. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão, a qual poderá reconsiderar a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento dos autos.

14.7. O recurso e pedido de reconsideração terão efeito suspensivo até a decisão final pela autoridade competente.

15. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

15.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei Federal nº 14.133/2021.

16. PREÇO E DOTAÇÃO

16.1. O preço do objeto contratado será o ofertado pela licitante a quem for o mesmo adjudicado.

16.2. Este preço inclui todos os custos diretos e indiretos, impostos, taxas, benefícios, encargos sociais, trabalhistas e fiscais que recaiam sobre o objeto, incluindo frete até o local de entrega designado pela Prefeitura, transporte, e constituirá, a qualquer título, a única e completa remuneração pelo seu adequado e perfeito cumprimento, de modo que nenhuma outra remuneração será devida.

16.3. Não haverá reajuste de preços nem atualização, salvo quando ultrapassado o interregno de 1 (ano) da data do orçamento estimado, caso em que será aplicado o índice previsto no contrato, nas condições nele previstas.

16.4. Os recursos necessários para a contratação, onerarão a dotação nº 16.00.16.10.12.368.4027.4.303.3.3.90.30.00.00.1.500.9001.0 do orçamento vigente.

17. CONDIÇÕES DO AJUSTE

17.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da data do recebimento do email contendo a nota de empenho e a ordem de fornecimento para devolver os respectivos documentos assinados, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e neste Edital.

17.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do interessado, desde que:

- a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

17.3. Para a contratação, deverá ser verificada a permanência das condições de regularidade fiscal, social e trabalhista (cláusulas 13 deste Edital) da adjudicatária e, ainda, consultados os cadastros previstos nas cláusulas 13 deste Edital.

17.4. Como condição para a contratação, deverá restar comprovado, ainda, que a empresa a ser contratada não possui pendências junto ao Cadastro Informativo Municipal – CADIN MUNICIPAL, por força da Lei Municipal nº 14.094/2005 e Decreto nº 47.096/2006.

17.5. A licitante adjudicatária deverá ter registro atualizado no Cadastro de Credores junto à Secretaria Municipal da Fazenda (SF), ou, caso não possua, deverá providenciá-lo no prazo de 03 (três) dias úteis, a partir da homologação do certame, junto ao setor de contabilidade da Contratante, sob pena de configurar recusa na contratação para fins de aplicação das penalidades previstas neste Edital.

17.6. É facultado à Administração Pública, quando o convocado não assinar a nota de empenho e ordem de fornecimento, no prazo e condições estabelecidos, sem embargo da aplicação das penalidades cabíveis, retomar o procedimento, mediante agendamento de nova Sessão Pública, ou revogar a licitação.

17.7. Na hipótese de retomada do procedimento, as demais licitantes classificadas serão cientificadas para participar da sessão pública.

17.8. O aviso da nova sessão será publicado no Diário Oficial da Cidade e divulgado nos endereços eletrônicos <https://www.gov.br/compras/pt-br/> e https://diariooficial.prefeitura.sp.gov.br/md_epubli_controlador.php?acao=inicio

17.9. Na sessão, o Pregoeiro convocará as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, promovendo a averiguação das condições de habilitação, procedendo-se conforme especificações deste edital, até o encontro de proposta que atenda a todas as exigências estabelecidas, sendo a respectiva licitante declarada vencedora e a ela adjudicado o objeto da licitação.

17.10. Caso frustrada a providência descrita na cláusula 17.6, serão convocados os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário e desde que compatível com os valores de referência para o certame (art. 90, § 4º, da Lei Federal nº 14.133/2021), procedendo-se, em seguida, à averiguação das condições de habilitação, conforme especificações deste edital, até o encontro de proposta que atenda a todas as exigências estabelecidas, sendo a respectiva licitante declarada vencedora e a ela adjudicado o objeto da licitação.

18. PENALIDADES

18.1. São aplicáveis as sanções e procedimentos previstos na Lei Federal nº 14.133/2021, no Decreto nº 62.100/2022, e aquelas previstas neste Edital, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal.

18.2. As penalidades só deixarão de ser aplicadas nas seguintes hipóteses:

- a) comprovação, anexada aos autos, da ocorrência de força maior impeditiva do cumprimento da obrigação; e/ou,
- b) manifestação da unidade requisitante, informando que o ocorrido derivou de fatos imputáveis exclusivamente à Administração.

18.3. Ocorrendo recusa da adjudicatária em entregar a nota de empenho assinada dentro do prazo estabelecido neste Edital, sem justificativa aceita pela Administração, garantido o direito de prévia intimação e da ampla defesa, serão aplicadas:

a) Multa de 20% (vinte por cento) do valor do ajuste, se firmado fosse;

b) Pena de impedimento de licitar e contratar pelo prazo de até 3 (três) anos com a Administração Pública, a critério do órgão licitante;

18.4. Incidirá nas mesmas penas previstas na cláusula 18.3 a empresa que estiver impedida de firmar o ajuste pelo não cumprimento das condições necessárias para tanto, salvo na hipótese de boa-fé da adjudicatária.

18.5. Serão aplicadas as penalidades referidas nas alíneas “a” e “b” da cláusula 18.3 à licitante que:

a) deixar de entregar a documentação exigida no certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo(a) pregoeiro(a) durante o certame ou, se microempresa ou pequena empresa, não regularizar a documentação fiscal no prazo concedido para este fim;

18.5.1. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:

a) não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

b) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

c) pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

d) apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

e) ensejar o retardamento da execução do certame, inclusive em razão de comportamento inadequado de seus representantes;

f) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

h) agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

i) induzir deliberadamente a erro no julgamento;

j) apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

18.6. Poderá, ainda, ser aplicada à licitante, pela autoridade competente, nas hipóteses das cláusulas 18.2 e 18.3, por meio de decisão fundamentada, a pena de inidoneidade de 3 (três) até 6 (seis) anos, observado o disposto no § 5º do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021.

18.7. A sanção de multa poderá ser cumulada com as demais.

18.8. Das decisões de aplicação de penalidade, caberá recurso nos termos dos artigos 166 e 167 da Lei Federal nº 14.133/2021, observados os prazos nele fixados, que deverá ser dirigido à Diretoria Regional de Educação Freguesia Brasilândia e deverão ser enviados pelo correio eletrônico: drefbaquisicoes@sme.prefeitura.sp.gov.br.

18.9. Caso o órgão licitante releve justificadamente a aplicação da multa ou de qualquer outra penalidade, essa tolerância não poderá ser considerada como modificadora de qualquer condição editalícia, permanecendo em pleno vigor todas as condições deste Edital.

18.10. O prazo para pagamento das multas será de 30 (trinta) dias a partir da intimação da licitante.

18.11. A multa será devida após a aplicação da penalidade tornar-se definitiva, esgotados eventuais recursos interpostos.

18.12. Os procedimentos de aplicação das penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar serão conduzidos por comissão, nos termos do artigo 158, “caput” e § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

18.13. São aplicáveis à presente licitação e ao ajuste dela decorrente no que cabível for, inclusive, as sanções penais estabelecidas na Lei Federal nº 14.133/2021 e Lei Federal nº 12.846/2013.

19. DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1. No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

19.2. As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa e do princípio do formalismo moderado, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

19.3. As licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e o Município de São Paulo não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

19.4. As licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do certame.

19.5. A falsidade de qualquer declaração prestada poderá caracterizar o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na legislação pertinente, mediante o devido processo legal, e implicará, também, a inabilitação da licitante se o fato vier a ser constatado durante o trâmite da licitação.

19.6. A licitante vencedora deverá comunicar à Administração toda e qualquer alteração nos dados cadastrais, para atualização, devendo manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

19.7. O ajuste, suas alterações e rescisão obedecerão à Lei Federal nº 14.133/2021, demais normas complementares e disposições deste Edital, aplicáveis à execução dos contratos, especialmente nos casos omissos.

19.8. A revogação ou anulação da licitação observará os procedimentos e normas previstas no art. 71 da Lei Federal nº 14.133/2021.

19.9. O Pregoeiro poderá promover diligências destinadas à complementação de informações sobre documentos já apresentados, desde que se trate de fatos existentes à época da abertura do certame e atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas, nos termos do art. 64 da Lei Federal nº 14.133/2021.

19.10. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o item acima, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

19.11. Os casos omissos e as dúvidas surgidas serão resolvidos pelo Pregoeiro ouvidas, se for o caso, as Unidades competentes.

19.12. Integrarão a nota de empenho, para todos os fins, a proposta vencedora, a Ata da licitação e este Edital da Licitação, com seus anexos, independentemente de transcrição.

19.13. Nenhuma tolerância das partes quanto à falta de cumprimento de quaisquer das cláusulas do ajuste poderá ser entendida como aceitação, novação ou precedente.

19.14. Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições contratuais em face da superveniência de normas federais e municipais disciplinando a matéria.

19.15. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, observado o art. 183 da Lei Federal nº 14.133/2021.

19.16. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário do Pregoeiro.

19.17. Os atos relativos à licitação efetuados por meio do sistema serão formalizados e registrados em processo administrativo pertinente ao certame.

19.18. O resultado deste Pregão e os demais atos pertinentes a esta licitação, sujeitos a publicação, serão divulgados no Diário Oficial da Cidade e nos sítios eletrônicos <https://cnetmobile.estaleiro.serpro.gov.br/comprasnet-web/public/compras>, https://pncp.gov.br/app/editais?q=&status=recebendo_proposta&pagina=1 e https://diariooficial.prefeitura.sp.gov.br/md_epubli_controlador.php?acao=inicio, bem como no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

19.19. O pregoeiro e a equipe de apoio que atuarão neste pregão eletrônico foram designados nos autos do processo administrativo a ele pertinente e indicados no sistema.

19.20. O Edital e seus anexos estão disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://cnetmobile.estaleiro.serpro.gov.br/comprasnet-web/public/compras>, https://pncp.gov.br/app/editais?q=&status=recebendo_proposta&pagina=1 e https://diariooficial.prefeitura.sp.gov.br/md_epubli_controlador.php?acao=inicio.

19.21. As dúvidas interpretativas e eventuais omissões serão dirimidas com plena observância ao disposto nas normas previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e no Decreto nº 62.100/2022.

19.22. Fica desde logo eleito o Foro da Comarca da Capital – Vara da Fazenda Pública - para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes do presente certame ou de ajuste dele decorrente.

São Paulo, 02 de junho de 2026.

Comissão de licitação
Portaria 112 de 13/05/2026.

Edital de Pregão Eletrônico nº 90002/DREFB/2026

Processo Eletrônico nº 6016.2026/0041088-1

Tipo: Menor preço

UASG: nº 925195

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O presente termo tem por finalidade a aquisição de bens comuns que serão utilizados nos 7 (sete) polos de atendimento do Recreio nas Férias – edição de julho de 2026.

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1. O Recreio nas Férias é um programa que considera as necessidades de bebês, crianças e adolescentes, garantindo o acesso à cultura, ao lazer, à recreação lúdica e cultural, entre outras experiências educativas. O projeto visa ampliar o repertório cultural, promover a socialização, estimular o conhecimento de si e do mundo, além de proporcionar ambientes lúdicos, acolhedores e de convivência.

2.2. Essa política pública foi implementada em 1992, em atendimento à Lei nº 10.949/1991, que “dispõe sobre o desenvolvimento de programas culturais e esportivos durante o período de recesso escolar de inverno e verão nas escolas municipais e dá outras providências”, bem como ao Decreto que a regulamenta. Dessa forma, o programa ocorre anualmente durante os períodos de férias escolares dos meses de janeiro e julho.

2.3. A edição de julho de 2026 ocorrerá no período de 13/07/2026 a 17/07/2026, em todas as Diretorias Regionais de Educação do Município de São Paulo.

2.4. A Diretoria Regional de Educação Freguesia/Brasilândia contará com sete polos de atendimento destinados ao desenvolvimento do Programa Recreio nas Férias – Julho/2026, para o atendimento de bebês, crianças e adolescentes de 0 a 14 anos.

2.5. O programa, que proporciona vivências de lazer, recreação e formação lúdica e cultural, é aberto às crianças do Município de São Paulo na faixa etária de 4 a 14 anos. No caso de bebês e crianças de 0 a 3 anos, o atendimento ocorrerá exclusivamente para os matriculados nos CEIs da Rede Municipal de Ensino de São Paulo.

2.6. De acordo com o COMUNICADO SME Nº 145, DE 10 DE ABRIL DE 2026, o Programa “Recreio nas Férias” constitui-se como estratégia de garantia de direitos, utilizando jogos, brincadeiras e lazer como ferramentas de ampliação do repertório cultural e fortalecimento de vínculos, além de:

proporcionar aos participantes o reconhecimento do território municipal, incentivando-os a usufruir dos bens culturais, recreativos e esportivos da cidade de São Paulo;

fomentar ambientes de convivência lúdica e de desafios, dinamizando os equipamentos sociais das Secretarias envolvidas e demais espaços parceiros, na perspectiva da Educação Integral;

oportunizar atividades em múltiplos tempos e linguagens, integrando os espaços da Rede Municipal de Ensino e parceiros em uma proposta pedagógica para o lazer;

ampliar o conhecimento de si e do mundo, a autonomia e a socialização, preparando os participantes para a vida democrática em uma Cidade Educadora.

2.7. Nesse sentido, a aquisição de materiais de consumo para o desenvolvimento das atividades do Programa Recreio nas Férias – Julho/2026 justifica-se em conformidade com o disposto no COMUNICADO SME Nº 145, DE 10 DE ABRIL DE 2026, considerando a necessidade de garantir condições adequadas para a realização das atividades pedagógicas, recreativas, culturais, esportivas e lúdicas previstas no

programa.

2.8. O referido Comunicado prevê a realização de atividades diárias de esporte, lazer, recreação, cultura e arte, voltadas ao desenvolvimento pessoal, à convivência lúdica e à Educação Integral, demandando recursos materiais adequados para sua execução.

2.9. Além disso, o item 3.5 do Comunicado dispõe que os polos poderão utilizar materiais de consumo necessários ao atendimento e ao desenvolvimento das atividades pedagógicas e recreativas, incluindo brinquedos, tintas, papéis, argila, pincéis, giz de cera, colas, papel kraft e demais insumos correlatos.

2.10. Dessa forma, a aquisição dos materiais solicitados visa assegurar a plena execução das atividades propostas, garantindo acolhimento, participação, socialização, acesso às experiências educativas e qualidade no atendimento aos participantes do Programa Recreio nas Férias – Julho/2026.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A solução consiste na aquisição de materiais de consumo destinados à execução das atividades pedagógicas, recreativas, culturais, esportivas e lúdicas do Programa Recreio nas Férias – Julho/2026, promovido pela Secretaria Municipal de Educação, em conformidade com o COMUNICADO SME Nº 145, DE 10 DE ABRIL DE 2026.

3.2. A contratação contempla materiais pedagógicos, artísticos, recreativos e de apoio às oficinas e atividades desenvolvidas nos polos de atendimento da Diretoria Regional de Educação Freguesia/Brasilândia, conforme especificações e quantitativos estabelecidos neste Termo de Referência.

3.3. Os materiais serão utilizados na realização das atividades previstas no Programa, visando garantir condições adequadas para o desenvolvimento de ações voltadas à recreação, convivência lúdica, ampliação do repertório cultural, socialização e promoção da Educação Integral dos participantes.

3.4. A solução proposta observa os princípios da eficiência e da economicidade previstos no art. 37 da Constituição Federal e no art. 5º da Lei Federal nº 14.133/2021, atendendo ao interesse público e às finalidades institucionais da Secretaria Municipal de Educação.



3.5. Para viabilizar a contratação, será realizado procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, visando à seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, em conformidade com a legislação vigente aplicável às contratações públicas.



4. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA



4.1. Seguem abaixo as descrições detalhadas dos itens de materiais de consumo a serem utilizados no programa Recreio nas Férias – julho de 2026, organizados em lotes para fins de melhor sistematização e aquisição.




Lotes 1 e 2 - Recreação e Jogos (19 itens)





SEQ	ITEM	QUANTIDADE/ UNIDADE DE MEDIDA	DESCRIÇÃO	Imagem de referência (meramente ilustrativa)
-----	------	-------------------------------------	-----------	---





1	Jogo de Torre de Blocos (Tipo Caiu Perdeu - de Madeira)	40 unidades	<p>Jogo de equilíbrio tipo torre de blocos, composto por aproximadamente 54 peças em madeira ou MDF resistente, com acabamento liso e bordas arredondadas. O objetivo é empilhar e retirar as peças sem derrubar a estrutura, estimulando coordenação motora, raciocínio lógico e concentração.</p> <p>Indicado para uso recreativo e pedagógico, para crianças a partir de 6 anos. Produto acondicionado em embalagem apropriada para armazenamento, adequado ao uso infantil e em conformidade com as normas de segurança aplicáveis.</p>	
2	Blocos de Montar em Madeira	8 unidades	<p>Conjunto de blocos de montar em madeira reflorestada ou material equivalente, com acabamento atóxico, resistente e seguro para uso infantil. Composto por no mínimo 300 peças de diferentes formatos geométricos, que simulam elementos construtivos como blocos, vigas, colunas, telhados e peças de encaixe, permitindo a construção livre de diversas estruturas. Produto destinado a atividades pedagógicas e recreativas, com certificação de segurança conforme normas vigentes, quando aplicável.</p>	


3	Blocos de Montar (Tipo Mega Bloks)	10 Kits	<p>Jogo de blocos de montar tipo construção, composto por no mínimo 60 peças grandes, confeccionadas em plástico resistente, atóxico e colorido, com sistema de encaixe simples e seguro entre si, permitindo a montagem de diferentes estruturas.</p> <p>As peças deverão possuir dimensões adequadas à primeira infância, com formato grande, que possibilite o manuseio por crianças a partir de 1 ano de idade, não sendo admitidas peças pequenas ou com dimensões que apresentem risco de ingestão acidental.</p> <p>O conjunto deverá ser acondicionado em embalagem plástica resistente ou sacola com alça para transporte e armazenamento.</p> <p>Produto destinado a atividades recreativas e pedagógicas, com objetivo de estimular coordenação motora, criatividade e raciocínio lógico, adequado ao uso infantil e em conformidade com as normas de segurança aplicáveis.</p>	
4	Jogo de Cartas (Tipo Uno)	33 Unidades	<p>Jogo de cartas educativo tipo UNO, composto por aproximadamente 112 cartas coloridas em papel cartão resistente, com impressão durável. Indicado para uso recreativo e pedagógico, para crianças a partir de 7 anos, podendo ser jogado em grupo. Produto acondicionado em embalagem apropriada.</p>	

5	Jogo de Equilíbrio Com Tapete (Tipo Twister Refresh com Tapete Clássico)	32 Unidades	<p>Jogo de coordenação motora tipo Twister, composto por tapete plástico resistente com círculos coloridos e roleta indicadora de movimentos (mãos e pés). O jogo consiste em posicionar mãos e pés nas cores indicadas, exigindo equilíbrio e promovendo interação entre os participantes.</p> <p>Indicado para uso recreativo e pedagógico, para crianças a partir de 6 anos, podendo ser utilizado em grupo. Produto acondicionado em embalagem apropriada, adequado ao uso infantil e em conformidade com as normas de segurança aplicáveis.</p>	
6	Jogo de Mímica (Tipo Fazendo Mímicas)	20 Unidades	<p>Jogo de mímica educativo e recreativo, composto por cartas ilustradas em papel cartão resistente com palavras, ações ou situações a serem representadas por gestos, além de acessórios como controle de tempo. O jogo consiste na representação por mímicas, estimulando comunicação não verbal, socialização e criatividade.</p> <p>Indicado para uso recreativo e pedagógico, para crianças a partir de 8 anos, em atividades individuais ou em grupo. Produto acondicionado em embalagem apropriada, adequado ao uso infantil e em conformidade com as normas de segurança aplicáveis.</p>	
7	Kit Bonecas de Pano	60 kits com 2 unidades	<p>Kit de bonecas variados, sendo que cada kit deverá conter, no mínimo, duas bonecas de pano, com aproximadamente 30 cm de altura e roupas removíveis. Os kits deverão ser compostos por bonecas que contemplem a diversidade étnico-racial, incluindo, entre outras, bonecas negras e brancas, com variados cores e tipos de cabelo, tais como crespos, cacheados, ondulados, lisos e curtos, de modo a promover representatividade e inclusão.</p>	



8	Kit Animais da Fazenda ou domésticos	15 kits	Conjunto composto por, no mínimo, 6 animais domésticos ou de fazenda em miniatura, confeccionados em material emborrachado, resistente, atóxico e lavável, adequado ao uso infantil. As peças deverão representar animais variados, tais como boi, vaca, porco, cavalo, burro, cachorro e similares, com acabamento colorido e detalhamento compatível com suas características, medindo aproximadamente 10 cm por peça.	
9	Kit Animais Marinhos	15 Kits	Conjunto composto por, no mínimo, 6 animais marinhos em miniatura, confeccionados em material emborrachado, resistente, atóxico e lavável, adequado ao uso infantil. As peças deverão representar animais marinhos variados, tais como tubarão, golfinho, baleia, orca, arraia, caranguejo, peixe-serra, tubarão-baleia e similares, com acabamento colorido e detalhamento compatível com suas características, medindo aproximadamente 10 cm por peça.	
10	Kit Animais Selvagens	15 Kits	Conjunto composto por, no mínimo, 6 animais selvagens em miniatura, confeccionados em material emborrachado, resistente, atóxico e lavável, adequado ao uso infantil. As peças deverão representar animais selvagens variados, tais como leão, onça, rinoceronte, zebra, girafa e similares, com acabamento colorido e detalhamento compatível com suas características, medindo aproximadamente 10 cm por peça.	





11	Kit Dinossauros	20 Kits	Conjunto composto por, no mínimo, 6 dinossauros em miniatura, confeccionados em material emborrachado, resistente, atóxico e lavável, adequado ao uso infantil. As peças deverão representar diferentes espécies de dinossauros, tais como tiranossauro rex, tricerátopo, estegossauro, braquiossauro, velociraptor e similares, com acabamento colorido e detalhamento compatível com suas características, medindo aproximadamente 10 cm por peça.	
12	Kit Frutas e Verduras	30 kits	Kit de frutas e legumes de brinquedo, contendo no mínimo 12 peças variadas e 01 cestinha com alça removível. As peças deverão ser confeccionadas em material resistente, atóxico e seguro para uso infantil, com acabamento sem rebarbas, medindo aproximadamente entre 4 cm e 10 cm cada peça. A cestinha deverá possuir dimensões aproximadas mínimas de 15 cm de comprimento.	
13	Kit Ferramentas	36 kits	Kit de ferramentas de brinquedo infantil, contendo no mínimo 7 peças variadas, incluindo martelo, alicate, chaves e demais acessórios similares. As peças deverão ser confeccionadas em material plástico resistente, atóxico e seguro para uso infantil, com acabamento sem rebarbas ou partes cortantes.	
14	Bola Chocalho	40 unidades	Chocalho infantil tipo bola interativa, confeccionado em material plástico resistente, atóxico e seguro para uso infantil. O brinquedo deverá possuir estrutura vazada, peças coloridas móveis e chocalho sonoro interno, estimulando a coordenação motora, percepção visual e sensorial do bebê. Medidas aproximadas entre 10 cm e 15 cm de diâmetro. Produto indicado para crianças a partir de 3 meses de idade, com certificação e selo do INMETRO conforme normas vigentes.	






15	Carrinho Mordedor	90 unidades	Brinquedo infantil tipo carrinho mordedor macio para bebê, confeccionado em material atóxico, resistente, lavável e seguro para uso infantil. O brinquedo deverá possuir formato anatômico, cores variadas e textura macia, adequado para estímulo sensorial, coordenação motora e atividades lúdicas. Medidas aproximadas de 7 cm a 12 cm. Produto indicado para bebês a partir de 3 meses de idade. Deverá possuir certificação e selo do INMETRO, conforme normas vigentes para brinquedos infantis.	
16	Carreta Pedagógica para Bebês	21 Unidades	Brinquedo educativo tipo caminhão, trem ou similar, em madeira, com peças de encaixe coloridas. Composto por 1 base e conjunto de no mínimo 12 peças, podendo variar conforme fabricante. Indicado para uso infantil, estimulando coordenação motora, percepção de cores e formas e raciocínio lógico.	
17	Cozinha de Brinquedo Infantil Com Acessórios	20 unidades	Cozinha infantil de brinquedo, confeccionada em material plástico resistente, atóxico e seguro para uso infantil, contendo fogão, forno, pia e acessórios variados de cozinha inclusos. Deverá possuir portas abre e fecha e botões interativos. Medidas aproximadas mínimas de 60 cm de altura. Produto com certificação e selo do INMETRO, conforme normas vigentes.	
18	Mesa Criativa Didática Infantil Educativa Interativa Desmontável	20 unidades	Mesa infantil educativa e sensorial, confeccionada em material plástico resistente, atóxico e seguro para uso infantil, contendo atividades interativas com botões, engrenagens, peças móveis, estímulos sonoros e no mínimo 4 peças encaixáveis coloridas. Medidas aproximadas de 30 cm de largura e 20 cm de altura. Produto com certificação e selo do INMETRO, conforme normas vigentes.	


19	Quebra-Cabeça Grande	40 unidades	Quebra-cabeça infantil educativo confeccionado em MDF de alta resistência e durabilidade, contendo, no mínimo, 16 peças de encaixe, com ilustração infantil colorida e impressão de alta qualidade. As peças deverão possuir espessura adequada para o manuseio infantil, acabamento liso, bordas arredondadas e encaixes precisos, garantindo segurança e resistência durante a utilização. Produto indicado para atividades pedagógicas, recreativas e educacionais. Medidas mínimas do quebra-cabeça montado: 14 cm x 16 cm. Produto atóxico, de fácil higienização, adequado ao uso infantil e em conformidade com as normas de segurança vigentes aplicáveis ao segmento.	
----	----------------------	-------------	--	--

Lotes 3 e 4: Pedagógicos e artísticos (12 itens)



SEQ.	ITEM	QUANTIDADE/ UNIDADE DE MEDIDA	DESCRIÇÃO	Imagem de referência (meramente ilustrativa)
1	Balde de Massinhas de Modelar com Cores Variadas	50 baldes	Massinha de modelar escolar, tipo soft (macia), acondicionada em balde plástico, com peso a partir de 1.500 g, contendo no mínimo 30 unidades em cores variadas. Produto atóxico, de textura macia e fácil modelagem, indicado para atividades pedagógicas e recreativas, com boa maleabilidade e sem manchar as mãos.	
2	Tinta Guache	180 frascos no total sendo: · 45 frascos na cor vermelha · 45 frascos na cor amarela · 45 frascos na cor verde · 45 frascos na cor azul	Tinta guache escolar, embalagem com volume aproximado de 500 ml, indicada para uso em atividades escolares, artísticas e pedagógicas em papel, cartolina, papel cartão e superfícies similares. Produto atóxico, solúvel em água, com boa cobertura, secagem rápida e cores intensas. Acondicionada em frasco apropriado para armazenamento e transporte.	





3	Barbante de Algodão	12 unidades	Barbante cru nº 6, confeccionado em algodão, indicado para uso em artesanato, trabalhos escolares e atividades diversas. Produto com espessura de 6 fios, acondicionado em rolo com peso aproximado de 400 g e metragem mínima de 400 metros, devendo apresentar boa resistência, flexibilidade e acabamento uniforme.	
4	Kit de Pintura Facial	10 kits	Tinta líquida facial e corporal, à base de água, acondicionada em kit contendo no mínimo 10 frascos com volume aproximado de 25 ml cada, em cores variadas, indicada para maquiagem artística, atividades recreativas e pintura facial. Produto atóxico, de secagem rápida, com boa cobertura e cores intensas, adequado para aplicação sobre a pele, em conformidade com a legislação sanitária vigente. Acondicionado em embalagem apropriada para armazenamento e transporte.	
5	Caixa de Giz de Cera Com 12 Cores	80 caixas	Giz de cera escolar com, no mínimo, 12 cores variadas, confeccionado em material atóxico, resistente e de fácil manuseio, adequado para desenhos e atividades pedagógicas em papel e superfícies similares. Os gizes deverão apresentar resistência a quebras excessivas, acondicionados em embalagem apropriada com peso aproximado de 48 g.	
6	Kit Pincéis para Pintura 12 Unidades	70 kits	Conjunto de pincéis para pintura com, no mínimo, 12 peças de diferentes tamanhos e formatos, incluindo pincéis chatos e de ponta fina, indicado para uso em papel, tela e trabalhos de artesanato, com cerdas sintéticas macias e resistentes. Deve possuir cabos leves, anatômicos e ergonômicos, proporcionando conforto e melhor adaptação ao manuseio. Produto acondicionado em embalagem apropriada para armazenamento e transporte.	


7	Fita Crepe Fina 18mm	32 rolos	Fita adesiva crepe com base de papel crepado e adesivo de boa aderência, indicada para uso geral em fixações temporárias, pintura e trabalhos escolares. Medida de 18 mm x 50 m, com remoção limpa em superfícies adequadas.	
8	Kit com 12 Canetinhas em Cores Variadas	70 kits	Caneta hidrográfica escolar com, no mínimo, 12 cores variadas, indicada para uso em papel e superfícies similares. Tinta à base de água, atóxica e lavável, com ponta resistente que proporciona traços uniformes. Produto acondicionado em estojo ou embalagem apropriada para armazenamento e transporte.	
9	Giz Lousa Colorido com 50 Unidades	20 caixas	Kit de giz para lousa colorido, contendo 50 unidades por caixa, em cores variadas, indicado para uso escolar em quadros negros e superfícies apropriadas. Gizes com boa pigmentação, proporcionando escrita macia e traços visíveis. Produto atóxico, adequado ao uso escolar.	
10	Rolo de Papel Kraft 60cm X 100m 80g	7 rolos	Papel kraft (papel pardo) em rolo, com gramatura de 80 g/m², confeccionado em material resistente, indicado para uso em embalagens, embrulhos, desenhos, pintura e atividades pedagógicas e coletivas. Produto fornecido em bobina, com metragem mínima de 1 metro de largura por 100 metros de comprimento, adequado para uso escolar e demais aplicações.	
11	Papel 180g 210x297 A4 Vergê Branco Pt 50 Fl	20 pacotes	Papel vergê branco, formato A4 (210 x 297 mm), gramatura 180 g/m². Embalagem com 50 folhas, acondicionadas para armazenamento e transporte.	

12	Papel Fotográfico 180g 200 Folhas	2 pacotes	Papel fotográfico brilhante (glossy), formato A4 (210 x 297 mm), com gramatura de 180 g/m², indicado para impressão de imagens, fotografias, certificados e materiais gráficos. Possui revestimento especial que proporciona alta definição de cores, brilho intenso e secagem instantânea. Embalagem contendo 200 folhas, acondicionadas de forma adequada para armazenamento e transporte.	
----	-----------------------------------	-----------	--	---



Lotes 5 e 6 - Recreação Coletiva e eventos (7 itens)





SEQ.	ITEM	QUANTIDADE/ UNIDADE DE MEDIDA	DESCRIÇÃO	Imagem de referência (meramente ilustrativa)
1	Pacote com 50 Bexigas Sortidas	80 pacotes com 50 unidades	Balão n.º 7 liso, medindo aproximadamente 7 polegadas (17,8 cm) de diâmetro quando inflado, confeccionado em látex natural, cores sortidas, indicado para decoração e atividades recreativas. Produto resistente e atóxico. Pacote contendo, no mínimo, 50 unidades. Embalagem lacrada com identificação do fabricante e especificações do produto, em conformidade com a legislação vigente.	
2	Corda de Sisal - 10mx20mm	12 unidades	Corda confeccionada em fibra natural de sisal, com acabamento nas pontas, trançada e reforçada, indicada para atividades recreativas, dinâmicas em grupo, circuitos motores, brincadeiras escolares e exercícios de coordenação motora. Deverá possuir espessura aproximada de 20 mm e comprimento mínimo de 10 metros, com acabamento resistente, flexível e de fácil manuseio. Produto durável, resistente à tração e adequado para uso em ambientes internos e externos cobertos. Cor natural do sisal, com superfície firme e segura para atividades lúdicas e recreativas.	




3	Cordas de Pular Grande de 6 Metros (Coletiva)	30 unidades	Corda coletiva para recreação, confeccionada em material resistente e flexível, indicada para atividades infantis, brincadeiras em grupo e coordenação motora. Deverá possuir comprimento aproximado de 6 metros, extremidades reforçadas e acabamento seguro, adequado para uso escolar e recreativo.	
4	Sacos Resistentes de Tecido para corrida do saco	80 unidades	Sacos confeccionados em tecido resistente, reutilizável e de alta durabilidade, indicado para gincanas, atividades recreativas e eventos escolares. Medidas aproximadas de 40 x 30 polegadas (100 x 80 cm), com acabamento reforçado e cores sortidas.	
5	Lona Plástica para Escorregador com Água (Atividade Recreativa Externa)	6 unidades	Escorregador de lona para recreação e atividades lúdicas, confeccionado em lona de polietileno resistente, impermeável e de alta durabilidade. Medidas aproximadas de 10 x 4 metros. Indicado para utilização em gincanas, eventos recreativos, atividades esportivas e brincadeiras com água. Produto reutilizável, de fácil limpeza e conservação.	
6	Kit 24 Bastão Bolha de Sabão	30 kits com 24 unidades	Kit contendo 24 unidades de bolha de sabão infantil, acondicionadas em frascos plásticos resistentes, com medidas aproximadas de 10 x 3 cm e capacidade aproximada de 60 ml, em cores e estampas sortidas. Cada unidade deverá conter solução líquida atóxica, apropriada para uso infantil, bem como aplicador acoplado à tampa para formação de bolhas. Produto indicado para atividades recreativas e lúdicas com crianças pequenas, de fácil manuseio, devendo atender às normas de segurança vigentes e possuir certificação do INMETRO, quando aplicável.	



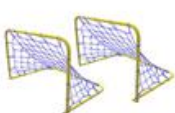

7	Kit com Coletes Laranjas (10 unidades tamanho P e 10 unidades tamanho M).	2 kits de 10 unidades, sendo: · 10 coletes P · 10 coletes M	Kit contendo 10 coletes esportivos infantis, na cor laranja, confeccionados em tecido 100% poliéster, leve, resistente e de secagem rápida, indicado para atividades esportivas, recreativas e treinamentos. Modelo aberto nas laterais, com acabamento em viés e elásticos laterais para melhor ajuste e conforto durante o uso. Produto apropriado para uso infantil, devendo possuir acabamento reforçado e boa durabilidade.	
---	---	---	--	--





Lotes 7 e 8: Esportivos e Psicomotores (17 itens)

SEQ.	ITEM	QUANTIDADE/ UNIDADE DE MEDIDA	DESCRIÇÃO	Imagem de referência (meramente ilustrativa)
1	Kit de Bamboles	10 kits com 20 unidades	Bambolê reforçado, confeccionado em plástico resistente e flexível, cores sortidas, indicado para atividades recreativas e psicomotoras. Medindo aproximadamente 55 cm de diâmetro interno e largura aproximada de 1,7 cm. Kit contendo 20 unidades, totalizando 200 unidades. Produto reutilizável, com identificação do fabricante e em conformidade com a legislação vigente.	
2	Macarrão de Piscina maciço em Cores Variadas	120 unidades	Boias tipo espaguete/macarrão para natação, modelo maciço/sem furo, confeccionadas em material flutuante flexível e resistente, indicadas para atividades aquáticas, recreação, hidroginástica e adaptação ao meio líquido. Produto leve, de fácil manuseio e adequado para uso infantil e adulto, com comprimento aproximado entre 1,50 m e 1,70 m e diâmetro compatível com atividades recreativas e esportivas aquáticas.	

3	Bola de Basquete	20 unidades	Bola de basquete confeccionada em borracha resistente, com superfície texturizada, indicada para atividades esportivas e recreativas. Medindo aproximadamente 75 cm de circunferência, na cor laranja. Produto com câmara interna resistente, acondicionado em embalagem com identificação do fabricante e especificações do produto.	
4	Bola de Borracha n.º 10	40 unidades	Bola de iniciação esportiva confeccionada em borracha ou material equivalente, indicada para atividades recreativas, esportivas e escolares. Tamanho 10, com toque macio, quique adequado, circunferência aproximada de 47 a 50 cm e peso entre 170 e 200 g.	
5	Bola de Borracha n.º 08	40 unidades	Bola de borracha nº 8, confeccionada em borracha resistente, indicada para atividades esportivas, recreativas e escolares. Tamanho 8, medindo aproximadamente entre 40 cm e 42 cm de circunferência, cores variadas. Produto com câmara interna resistente.	
6	Bola de Voleibol	40 unidades	Bola de vôlei confeccionada em material sintético resistente, com superfície macia e/ou texturizada, indicada para atividades esportivas, recreativas e escolares. Produto adequado para treinos, iniciação esportiva e jogos recreativos em quadras ou áreas externas. Medindo aproximadamente entre 65 cm e 67 cm de circunferência, com peso aproximado entre 260 g e 320 g, cores variadas e câmara interna resistente.	





7	Bola de Futsal	50 unidades	Bola de futsal confeccionada em PVC ou material sintético equivalente, indicada para atividades recreativas, esportivas e escolares. Deverá possuir construção costurada à máquina ou tecnologia equivalente, câmara interna em borracha e acabamento resistente, proporcionando durabilidade e estabilidade durante o uso. Tamanho 4, com circunferência aproximada de 60 a 62 cm e peso entre 390 e 440 g.	
8	Kit de Frescobol (Raquetes e Bola)	40 kits	Kit recreativo composto por, no mínimo, 2 raquetes com superfície autocolante/aderente e 1 bola leve, indicado para atividades recreativas, esportivas e coordenação motora infantil. As raquetes deverão ser confeccionadas em plástico resistente ou material equivalente, com alça ajustável para fixação nas mãos e acabamento seguro, sem bordas cortantes.	
9	Kit de bomba de ar para enchimento de bolas, acompanhado de conjunto de bicos adaptadores	14 Kits	Bomba manual de ar portátil, indicada para enchimento de bolas esportivas e itens infláveis em geral. Deverá ser confeccionada em plástico resistente ou material equivalente, contendo mangueira flexível e, no mínimo, 3 bicos/agulhas em inox compatíveis com diferentes tipos de válvulas. Produto leve, de fácil manuseio e transporte, adequado para uso em atividades esportivas, recreativas e escolares.	





10	Kit de Chapéus Chines Cone Mini Treino Funcional Esporte	7 kits com 50 unidades	Kit de 50 chapéus chinês esportivo confeccionado em material plástico flexível e resistente, indicado para atividades recreativas, esportivas, circuitos funcionais, treinamentos de agilidade e coordenação motora. Deverá possuir formato cônico, cores variadas e dimensões aproximadas entre 18 e 20 cm de diâmetro e 4 a 6 cm de altura. Produto leve, empilhável, de fácil transporte e armazenamento, adequado para uso em ambientes internos e externos. Indicado para atividades escolares, recreativas e esportivas.	
11	Túnel Recreativo (2 Metros de Comprimento)	7 unidades	Túnel lúdico infantil confeccionado em material resistente e lavável, indicado para atividades recreativas, circuitos motores e coordenação motora. Deverá possuir estrutura flexível e segura, com medidas aproximadas de 2 metros de comprimento por 50 cm de diâmetro, adequado para uso infantil em ambientes internos e externos cobertos.	
12	Mini Trave Móvel (Para Futsal Infantil)	12 conjuntos	Conjunto com, no mínimo, 2 minis traves desmontáveis, confeccionadas em estrutura metálica resistente e acompanhadas de redes. Indicado para atividades recreativas, esportivas e escolares, com montagem prática e acabamento seguro para uso infantil. Medidas aproximadas de cada trave: 90 a 120 cm de largura, 60 a 90 cm de altura e 40 a 70 cm de profundidade.	
13	Kit Jogo de Argolas Plástico com 12 Unidades	20 kits com 12 unidades cada	Jogo de argolas confeccionado em material plástico resistente ou equivalente, contendo, no mínimo, 12 argolas coloridas. Indicado para atividades recreativas, coordenação motora, brincadeiras e jogos infantis. As argolas deverão possuir acabamento seguro, leveza e fácil manuseio, sendo adequadas para uso em ambientes internos e externos. Medidas aproximadas compatíveis com atividades recreativas infantis.	

14	Kit Tênis de Mesa - 2 Raquetes e 3 Bolas	20 kits	Kit para tênis de mesa composto por, no mínimo, 2 raquetes e 3 bolinhas, indicado para atividades recreativas, esportivas e escolares. Produto confeccionado em material resistente, adequado para iniciação esportiva e recreação.	
15	Kits de Minigolfe Recreativo	7 kits	Jogo infantil de minigolfe composto por tacos, bolas e acessórios em material resistente, indicado para atividades recreativas, coordenação motora e uso escolar. Produto leve, colorido e adequado para recreação infantil, com tacos de comprimento aproximado entre 50 e 70 cm.	
16	Slackline Infantil	7 unidades	Slackline confeccionado em fita de poliéster ou material equivalente de alta resistência, indicado para atividades recreativas, esportivas, equilíbrio e coordenação motora. Deverá possuir comprimento aproximado de 15 metros e largura aproximada de 5 cm, acompanhado de sistema de fixação com catraca metálica e acessórios para instalação. Produto resistente e adequado para uso recreativo infantil e adulto em ambientes externos.	
17	Parachute Colorido (Lençol Multicolorido Para Brincadeiras em Grupo)	7 unidades	Paraquedas recreativo infantil confeccionado em tecido resistente e leve, indicado para atividades lúdicas, recreativas, coordenação motora e dinâmicas em grupo. Deverá possuir formato circular, alças reforçadas para manuseio coletivo e diâmetro aproximado de 3 metros. Produto colorido, de fácil transporte e adequado para uso em ambientes escolares, recreativos e atividades infantis em grupo.	


Lotes 9 e 10: Expediente e Apoio administrativo (8 itens)




SEQ.	ITEM	QUANTIDADE/ UNIDADE DE MEDIDA	DESCRIÇÃO	Imagem de referência (meramente ilustrativa)
------	------	-------------------------------------	-----------	---

1	Pacote com 50 Unidades de Crachá com Presilha	50 pacotes de 50 unidades	Crachá horizontal transparente confeccionado em PVC ou material equivalente, com medidas aproximadas de 70 x 100 mm e presilha fixa para identificação. Embalagem com no mínimo 50 unidades.	
2	Tesoura Escolar sem Ponta	80 unidades	Tesoura escolar sem ponta, confeccionada em aço inoxidável ou material metálico equivalente, com cabo anatômico em plástico resistente. Indicada para uso escolar, atividades pedagógicas, artesanato e recorte de papel. Deverá possuir pontas arredondadas para maior segurança e comprimento aproximado de 13 cm. Produto leve, resistente e adequado para uso infantil e escolar.	
3	Pasta A4 Transparente Com Elástico	100 unidades	Pasta com aba e elástico confeccionada em plástico resistente ou material equivalente, tamanho A4, sem dorso, indicada para organização, armazenamento e transporte de documentos. Deverá possuir fechamento por elástico e abas internas para melhor acondicionamento dos documentos. Produto leve, resistente e adequado para uso escolar, administrativo e organizacional.	
4	Grampeador Profissional + Grampos	8 unidades	Grampeador profissional confeccionado em metal resistente, com capacidade aproximada para até 100 folhas, compatível com grampos tipo 23/6 a 23/10 ou equivalentes. Acompanhado de aproximadamente 1.000 grampos. Produto indicado para uso escolar, administrativo e organizacional.	


5	Pincel Marcador de Quadro Branco Recarregável 4 Cores Variadas	3 Kits	Kit de marcadores para quadro branco, contendo, no mínimo, 4 cores variadas, com tinta de fácil remoção e ponta redonda grossa resistente, com traço aproximado entre 2 mm e 5 mm. Os marcadores deverão ser recarregáveis, com escrita macia e cores vivas, adequados para uso escolar, administrativo e apresentações.	
6	Tesoura Multiuso 21cm Lâmina Aço Inox	30 unidades	Tesoura multiuso confeccionada em aço inoxidável e cabo em polipropileno ou material equivalente resistente, com comprimento aproximado de 21 cm. Produto indicado para uso escolar, administrativo e organizacional.	
7	Saco Plástico Pp Com 4 Furos, A4, 0,05mm, Pt 50 Um	6 pacotes	Saco plástico tamanho A4 confeccionado em polipropileno transparente ou material equivalente, com 4 furos para arquivamento de documentos. Deverá possuir dimensões compatíveis com formato A4 (medidas aproximadas de 230 x 315 mm). Embalagem com, no mínimo, 50 unidades.	
8	Fita Adesiva Larga Transparente	60 unidades	Fita adesiva para empacotamento confeccionada em filme plástico tipo BOPP (polipropileno biorientado) transparente ou material equivalente, com adesivo de alta aderência. Deverá possuir largura mínima de 45 mm e comprimento mínimo de 40 m, indicada para fechamento de embalagens e uso geral.	

Lotes 11 e 12: Equipamentos e Materiais técnicos (4 itens)

SEQ.	ITEM	QUANTIDADE/ UNIDADE DE MEDIDA	DESCRIÇÃO	Imagem de referência (meramente ilustrativa)
1	Plástico Para Plastificação A4 220x307 Pacote Com 50un	2 pacotes com 100 unidades	Pacote de 100 unidades de Plástico para plastificação A4 confeccionado em PET ou material equivalente, com dimensões aproximadas de 220 x 307 mm e espessura mínima de 125 micras, indicado para proteção de documentos em plastificação térmica.	

2	Plastificadora	1 unidade	Plastificadora laminadora para uso escolar e administrativo, compatível com formatos A3, A4, A5 e A6, potência aproximada de 400W, com termostato automático, operação a quente e a frio, velocidade de 300 a 500 mm/min e tempo de aquecimento de 3 a 5 minutos. Confeccionada em material resistente tipo ABS ou equivalente, indicada para plastificação de documentos, fotos e certificados. Deverá possuir tensão 110V ou bivolt automático (110V/220V).	
3	Kit com 100 Sacos Plásticos para Geladão	10 pacotes com 100 unidades	Plástico para geladinho confeccionado em polietileno transparente (PEBD ou equivalente), atóxico, indicado para envase e congelamento de alimentos. Deverá possuir dimensões aproximadas de 6 x 24 cm, resistente e adequado para uso descartável em preparo de geladinhos artesanais.	
4	Pirografador Profissional Caixa de Madeira 76w com 6 Pontas Ajustável	1 unidade	Pirógrafo elétrico com potência aproximada de 76W, indicado para uso em madeira, MDF e materiais similares. Possui temperatura ajustável e acompanha, no mínimo, 6 pontas intercambiáveis. Equipamento adequado para atividades artesanais e educativas, com alimentação 110V ou bivolt automático.	

Lotes 13 e 14: Diversos e de Apoio (1 item)

SEQ.	ITEM	QUANTIDADE/ UNIDADE DE MEDIDA	DESCRIÇÃO	Imagem de referência (meramente ilustrativa)
1	Caixa Térmica Cooler Bebidas 5L	2 unidades	Caixa térmica tipo balde de gelo, com capacidade aproximada de 5 litros, confeccionada em polipropileno ou material equivalente, com isolamento térmico em EPS, tampa com encaixe e alça para transporte. Indicada para conservação de gelo e bebidas em uso doméstico e recreativo, com cores variáveis conforme fabricante.	

A proposta de preço (anexo II) deve ser encaminhada juntamente com o catálogo de cada item apresentado.

5. DEVERES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

5.1. Efetuar os pagamentos, conforme os valores e prazos estabelecidos;

5.2. Fornecer os elementos suficientes e necessários à execução do fornecimento, encaminhando à contratada, via e-mail e publicação no Diário Oficial da Cidade, as Ordens de Fornecimento e/ou Notas de Empenho;

5.3. Designar o(s) fiscal(is) do contrato, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 62.100/2022.

5.4. Receber e conferir os materiais fornecidos.

6. DEVERES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

6.1. Entregar os materiais conforme as especificações, na qualidade e quantidades mínimas estabelecidas neste Termo de Referência, na sede da Diretoria Regional de Educação Freguesia/Brasilândia, situada na Rua Marina Ciufuli Zanfelicce, nº 371, Lapa de Baixo, São Paulo/SP, CEP 05040-000, dentro do prazo estipulado.

6.2. Responsabilizar-se pelo transporte, vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado por avarias.

6.3. Comunicar ao Fiscal do Contrato qualquer ocorrência anormal no cumprimento dos trâmites relativos à contratação.

6.4. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças no tocante às especificações constantes neste Termo de Referência.

6.5. Não permitir a utilização de trabalho de menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização de trabalho de menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

6.6. Manter, durante toda a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório.

6.7. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

6.8. Cumprir, além dos postulados legais vigentes em âmbito federal, estadual e municipal, as normas de segurança da Contratante.

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

7.1. A CONTRATADA deverá entregar os materiais adquiridos de acordo com o item 7.3.

7.2. O objeto contratado será recebido e conferido por servidor ou comissão especialmente designada pela Contratante para esse fim. Caso o objeto entregue esteja em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência ou na proposta da licitante vencedora, a Comissão de Recebimento poderá rejeitá-lo parcial ou totalmente, devendo a CONTRATADA, às suas expensas, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, promover a substituição ou adequação do objeto, sob pena de aplicação das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

7.3. O objeto deverá ser entregue até 06 (seis) de julho de 2026.

7.4. Local de entrega: sede da Diretoria Regional de Educação Freguesia/Brasilândia, situada na Rua Marina Ciufuli Zanfelize, n.º 371, Lapa de Baixo, São Paulo/SP, CEP 05040-000.

7.5. As entregas deverão ocorrer de segunda a sexta-feira, das 7h00 às 17h00.

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

8.1. A gestão e a fiscalização do contrato, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, serão realizadas por servidores da Administração especialmente designados para esse fim:

a) Gestão do Contrato: Ana Carolina Adinolfi Xavier – RF 846.481-2

8.2. Fiscalização do Contrato:

a) Fiscal: Simone de Oliveira Andrade Silva – RF 813.014-1

b) Suplente: Maíra Aparecida Piroti Di Francescantonio – RF 795.963-0

9. ESTIMATIVA PREVIA DE PREÇO

9.1. A estimativa de preços encontra-se devidamente fundamentada no Estudo Técnico Preliminar (ETP), o qual integra o presente processo administrativo.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. Dotação Orçamentária: 16.10.12.368.4027.4.303.33903000.00.1.500.9001.0

11. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

11.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta:

11.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento licitatório, na modalidade PREGÃO, sob a forma Eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço global por lote.

11.2. Regime de execução:

11.2.1. O objeto será executado sob a forma de fornecimento integral com entrega única nos termos da Lei Federal 14.133/2021.

11.3. Exigências de habilitação: Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

11.3.1. Habilitação jurídica:

a) Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

b) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

c) Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio eletrônico oficial do Governo Federal;

d) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

e) Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020;

f) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

g) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

h) Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971.

i) Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação

respectiva.

11.3.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ ou no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF, conforme o caso;
- b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União – DAU por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014;
- c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;
- d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT;
- e) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- f) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e/ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- g) Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais e/ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;
- h) O fornecedor enquadrado como Microempreendedor Individual – MEI que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123/2006 estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

11.3.3. Qualificação econômico-financeira

- a) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

12. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

12.1. O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas.

13. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

13.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

13.2. O bem poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituído no prazo de até 05 (cinco) dias corridos, a contar da notificação da CONTRATADA, às suas expensas, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

13.3. O recebimento definitivo do objeto contratual ficará condicionado à emissão da Nota Fiscal correspondente.

13.4. A CONTRATADA fica obrigada a substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os itens em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar o recebimento definitivo até que sejam sanadas todas as eventuais pendências identificadas.

13.5. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções.

13.6. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituído no prazo fixado pelo(s) fiscal(is) do contrato, às custas da CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

13.7. O prazo para solução, pela CONTRATADA, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da Nota Fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação da despesa, não será computado para fins de recebimento definitivo.

13.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e

segurança dos bens, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução contratual.

13.9. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de até 05 (cinco) dias corridos, a contar da notificação da CONTRATADA, às suas expensas, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

14. DA LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO

14.1. Recebida a Nota Fiscal, correrá o prazo para fins de liquidação da despesa, nos termos da legislação vigente aplicável, especialmente da Lei Federal nº 14.133/2021, do Decreto Municipal nº 62.100/2022 e da Portaria SF nº 275/2024.

14.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a Nota Fiscal apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

14.2.1. A data da emissão;

14.2.2. Os dados do contrato ou instrumento contratual equivalente (Nota de Empenho)

14.2.3. O valor a pagar;

14.2.4. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

14.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à Contratante.

14.4. O pagamento será efetuado pela Contratante em conta mantida no Banco do Brasil, nos termos do Decreto Municipal nº 51.197/2010, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos após o recebimento definitivo do objeto e da respectiva Nota Fiscal.

14.5. Será verificada a inexistência de registro no Cadastro Informativo Municipal – CADIN, quando do pagamento da despesa, pelo Departamento de Administração Financeira – DEFIN da Subsecretaria do Tesouro Municipal – SUTEM da Secretaria da Fazenda – SF, em relação às obrigações da Administração Direta, sendo que a existência de pendência no Cadastro Informativo Municipal – CADIN não impede que a liquidação da despesa seja realizada.

ANEXO II - PROPOSTA DE PREÇOS

Edital de Pregão Eletrônico nº 90002/DREFB/2026

Processo Eletrônico nº 6016.2026/0041088-1

Tipo: Menor preço global por lote

UASG: nº 925195

À

Prefeitura do Município de São Paulo

Secretaria Municipal de Educação

Diretoria Regional de Educação Freguesia Brasilândia

Assunto: Proposta de preços

Referência: Edital de Pregão Eletrônico nº 90002/DREFB/2026

A [●] (empresa) inscrita no CNPJ sob nº [●], estabelecida na [●] (endereço do licitante com logradouro, número, complemento, bairro e cidade), nº [●], telefone nº [●], e-mail [●], por intermédio de seu

representante legal, Sr.(a) [●], portador(a) da Carteira de Identidade nº [●] e do CPF nº [●], cargo [●], propõe o fornecimento do objeto, conforme as características descritas no Anexo I e seu apêndice, nos seguintes preços e condições:

LOTES 1 E 2 - Recreação e Jogos (OS OBJETOS OFERECIDOS DEVEM ATENDER ÀS ESPECIFICAÇÕES DESCRITAS NO ITEM 4.1. DO TERMO DE REFERÊNCIA)					
OBJETO		QUANTIDADE	FABRICANTE/MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
ITEM 1					
ITEM 2					
ITEM 3					
ITEM 4					
ITEM 5					
ITEM 6					
ITEM 7					
ITEM 8					
ITEM 9					
ITEM 10					
ITEM 11					
ITEM 12					
ITEM 13					
ITEM 14					
ITEM 15					
ITEM 16					
ITEM 17					
ITEM 18					

ITEM 19					
Valor total GERAL: R\$ (escrever o valor total por extenso)					

LOTES 3 E 4 - Pedagógicos e artísticos (OS OBJETOS OFERECIDOS DEVEM ATENDER ÀS ESPECIFICAÇÕES DESCRITAS NO ITEM 4.1. DO TERMO DE REFERÊNCIA)					
OBJETO		QUANTIDADE	FABRICANTE/MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
ITEM 1					
ITEM 2					
ITEM 3					
ITEM 4					
ITEM 5					
ITEM 6					
ITEM 7					
ITEM 8					
ITEM 9					
ITEM 10					
ITEM 11					
ITEM 12					
Valor total GERAL: R\$ (escrever o valor total por extenso)					

LOTES 5 E 6 - Recreação Coletiva e eventos (OS OBJETOS OFERECIDOS DEVEM ATENDER ÀS ESPECIFICAÇÕES DESCRITAS NO ITEM 4.1. DO TERMO DE REFERÊNCIA)					
OBJETO		QUANTIDADE	FABRICANTE/MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
ITEM 1					
ITEM 2					

ITEM 3					
ITEM 4					
ITEM 5					
ITEM 6					
ITEM 7					
Valor total GERAL: R\$ (escrever o valor total por extenso)					

LOTES 7 E 8 - Esportivos e Psicomotores (OS OBJETOS OFERECIDOS DEVEM ATENDER ÀS ESPECIFICAÇÕES DESCRITAS NO ITEM 4.1. DO TERMO DE REFERÊNCIA)					
OBJETO		QUANTIDADE	FABRICANTE/MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
ITEM 1					
ITEM 2					
ITEM 3					
ITEM 4					
ITEM 5					
ITEM 6					
ITEM 7					
ITEM 8					
ITEM 9					
ITEM 10					
ITEM 11					
ITEM 12					
ITEM 13					
ITEM 14					

ITEM 15					
ITEM 16					
ITEM 17					
Valor total GERAL: R\$ (escrever o valor total por extenso)					

LOTES 9 E 10 - Expediente e Apoio administrativo (OS OBJETOS OFERECIDOS DEVEM ATENDER ÀS ESPECIFICAÇÕES DESCRITAS NO ITEM 4.1. DO TERMO DE REFERÊNCIA)					
OBJETO		QUANTIDADE	FABRICANTE/MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
ITEM 1					
ITEM 2					
ITEM 3					
ITEM 4					
ITEM 5					
ITEM 6					
ITEM 7					
ITEM 8					
Valor total GERAL: R\$ (escrever o valor total por extenso)					

LOTES 11 E 12 - Equipamentos e Materiais técnicos (OS OBJETOS OFERECIDOS DEVEM ATENDER ÀS ESPECIFICAÇÕES DESCRITAS NO ITEM 4.1. DO TERMO DE REFERÊNCIA)					
OBJETO		QUANTIDADE	FABRICANTE/MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
ITEM 1					
ITEM 2					
ITEM 3					
ITEM 4					

Valor total GERAL: R\$ (escrever o valor total por extenso)

LOTES 13 E 14 - Diversos e de Apoio (OS OBJETOS OFERECIDOS DEVEM ATENDER ÀS ESPECIFICAÇÕES DESCRITAS NO ITEM 4.1. DO TERMO DE REFERÊNCIA)					
OBJETO		QUANTIDADE	FABRICANTE/MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
ITEM 1					
Valor total GERAL: R\$ (escrever o valor total por extenso)					

Essa proposta só é válida acompanhada do catálogo oficial de cada itens apresentados.

Validade da Proposta:	[●] dias corridos contados a partir da data da apresentação da proposta.
Prazos para entrega	[●]
Condições de entrega	Conforme regras previstas no Edital e seus anexos
Condições de embalagem e rotulagem	Conforme regras previstas no Edital e seus anexos
Condições de pagamento	Conforme regras previstas no Edital e seus anexos

DAS DECLARAÇÕES:

01. Declara, sob as penas da lei, que os preços cotados incluem todos os custos e despesas necessárias ao cumprimento integral das obrigações decorrentes desta licitação.
02. Declara que, por ser de seu conhecimento, atende e se submete a todas as cláusulas e condições do Edital e seus Anexos, relativos à licitação supra, bem como às disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/2006, com a redação que lhe atribuiu a Lei Complementar 147/2014 e Decreto nº 56.475/2015, e demais normas complementares que disciplinam o certame e que integrarão o ajuste correspondente, no que lhe for pertinente.
03. Declara, sob as penas da lei, que tem condições de executar a quantidade estabelecida no prazo assinalado, independentemente dos demais compromissos de fornecimento porventura existentes, bem como que fornecerá o material de acordo com o Anexo I - Termo de Referência e seus apêndices, respeitando as condições de embalagens, transporte, logística, prazos de validade, requisitos específicos, enfim todas as especificações.

São Paulo, [●] de [●] de [●]

[assinatura do responsável legal]

Nome: [●]
RG: [●]
Cargo: [●]

ANEXO III - DECLARAÇÕES

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

Pregão Eletrônico nº 90002/DREFB/2026

Processo Eletrônico nº 6016.2026/0041088-1

Objeto: Aquisição de materiais de consumo para o Recreio nas férias edição Julho/2026.

[Nome do proponente], com domicílio à [endereço do licitante com logradouro, número, complemento, bairro e cidade], CNPJ nº [●], telefone [●], e-mail [●], neste ato representado por [nome do representante], [qualificação civil do representante, cargo e referência a instrumento de mandato, se houver], DECLARA:

1) para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ([●]).

2) em cumprimento ao estabelecido no art. 63, I, da Lei Federal nº 14.133/21, sob as penalidades cabíveis, que atende plenamente os requisitos de habilitação exigidos no Edital de Pregão Eletrônico nº 90002/DREFB/2026.

3) sob as penas da lei, que, até a presente data, inexistem fatos impeditivos para a sua participação e habilitação no presente processo licitatório, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

4) que não se encontra apenada com nenhuma das penas constantes do art. 156, III e IV, da Lei Federal nº 14.133/21 no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de São Paulo.

5) que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

6) que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7) não possuir, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos II e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

(8) que, em se tratando de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento estabelecido em seus arts. 42 a 49.

9) que, em se tratando de microempresa e empresa de pequeno porte que, no ano-calendário de realização desta licitação, não celebrou contratos com esta Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

10) sob as penas da lei, ter ciência da impossibilidade de contratação caso esteja inscrita no Cadastro Informativo Municipal - CADIN MUNICIPAL, nos termos da Lei nº 14.094/05.

11) sob as penas da lei e por ser a expressão da verdade, que não possui em seu quadro societário, diretivo ou de Conselho a participação de servidor(es) da Municipalidade de São Paulo.

12) que não se encontra apenada com nenhuma das penas constantes do art. 156 da Lei Federal nº 14133, em nenhum Município, Estado e/ou Distrito Federal, e nem pela União e/ou respectivas Administrações Públicas Diretas ou Indiretas, com abrangência ao Município de São Paulo.

(local), de [●] de 20[●]

Representante Legal/Procurador

(nome completo, cargo ou função e assinatura do representante legal/procurador)

ANEXO IV - MODELO DE ANEXO À NOTA DE EMPENHO

Pregão Eletrônico nº 90002/DREFB/2026

Processo Eletrônico nº 6016.2026/0041088-1

Objeto: Aquisição de materiais de consumo para o Recreio nas férias edição Julho/2026.

1. OBJETO

1.1. AQUISIÇÃO DE [●] conforme condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. VALOR: [●], em conformidade com a proposta comercial do adjudicatário.

1.2.1. Todos os custos e despesas necessários à correta execução do ajuste estão inclusos no preço, inclusive os referentes às despesas trabalhistas, previdenciárias, impostos, taxas, emolumentos, transporte e frete, constituindo a única remuneração devida pela CONTRATANTE à CONTRATADA.

1.3. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

1.4. FUNDAMENTAÇÃO: art. 75, II, da Lei Federal nº 14.133/2021.

2. PRAZO DE ENTREGA/ FORNECIMENTO DO OBJETO E LOCAL DA ENTREGA

2.1. A entrega deverá ser realizada no(s) seguinte(s) endereço(s): [●]

2.2. Prazo para entrega: até 06 de julho de 2026.

3. FISCALIZAÇÃO

3.1. A fiscalização será exercida por servidores nomeados que atuarão como fiscal e suplente, devendo exercer amplo acompanhamento de todas as fases de execução das obrigações e do desempenho da empresa a ser contratada, nos termos dos artigos 117 e seguintes do Decreto 62.100/22.

3.2. O objeto contratual será recebido consoante as disposições do artigo 140 da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas municipais pertinentes.

4. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1. Realizar a entrega produto contratado de acordo com as especificações estabelecidas neste Anexo de Empenho, no Termo de Referência e na sua proposta comercial;

4.2. responsabilizar-se pela segurança do trabalho de seus empregados, em especial durante o transporte e descarga dos materiais;

4.3. executar, sem ônus para a CONTRATANTE, as ações necessárias à correção e revisão de falhas verificadas nos produtos e em sua entrega;

4.4. responsabilizar-se por todos os prejuízos que porventura sejam causados à CONTRATANTE ou a terceiros, em razão da execução do contrato;

4.5. assumir encargos fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto contratual;

4.6. comunicar à CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário;

4.7. apontar e manter um preposto responsável pela boa condução da execução contratual;

4.8. Acatar as orientações da CONTRATANTE, prestando os esclarecimentos solicitados e atendendo as reclamações formuladas.

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1. Designar fiscal para acompanhar a execução do contrato e responsabilizar-se pelo ateste das faturas;

5.2. Fiscalizar o cumprimento do escopo contratado, de acordo com as especificações constantes neste Anexo de Empenho, Termo de Referência e na proposta da CONTRATADA;

5.3. Efetuar o pagamento nas condições estabelecidas neste Anexo de Empenho;

5.4. Comunicar a CONTRATADA sobre eventuais irregularidades, imperfeições ou falhas observadas no objeto contratado para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias ou a imediata troca;

5.5. Receber e atestar os documentos das despesas, quando comprovada a execução do escopo contratado, em conformidade com as especificações constantes neste Anexo de Empenho, no Termo de Referência e na proposta da CONTRATADA;

5.6. Fornecer à CONTRATADA as informações necessárias para a correta execução do contrato;

5.7. Proporcionar as condições para que a CONTRATADA possa cumprir as obrigações pactuadas.

5.8. Aplicar as penalidades previstas, em caso de descumprimento das obrigações previstas no contrato.

6. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1. O pagamento único será feito no prazo de 30 (trinta) dias mediante a apresentação da nota fiscal ou nota fiscal fatura.

6.2. Caso a Nota Fiscal/Nota Fiscal Fatura não seja entregue juntamente com o objeto, o prazo de 30 dias será contado da sua entrega.

6.3. Caso sejam necessárias providências complementares pela CONTRATADA, a fluência do prazo será interrompida, reiniciando-se a sua contagem a partir da data em que estas forem cumpridas.

6.4. O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente do Banco do Brasil, nos termos do Decreto nº 51.197/2010.

6.5. Os procedimentos para liquidação e pagamento das despesas observarão o estipulado na Portaria SF nº 275/2024.

6.6. As multas aplicadas e eventuais prejuízos causados pela CONTRATADA à Administração Pública e a terceiros poderão ser descontadas do que a CONTRATADA tiver a receber.

7. DAS SANÇÕES

7.1. A CONTRATADA estará sujeita às penalidades previstas nesta cláusula 7.

7.2. Multa por atraso na entrega do objeto: 1% (um por cento) sobre o valor referente à quantidade que deveria ser entregue, por dia de atraso, até o limite de 15% (quinze por cento).

7.2.1. Ocorrendo atraso superior a 15 (quinze) dias, a CONTRATANTE deverá recusar o recebimento do material, aplicando as sanções referentes à inexecução parcial ou total do ajuste, conforme o caso.

7.2.2. Na hipótese da subcláusula 7.2.1, o objeto poderá ser recebido, excepcionalmente, mediante justificativa da CONTRATANTE, aplicada a multa estabelecida na cláusula 7.2

7.3. Multa por entrega do objeto em desacordo com as especificações técnicas: 10% (dez por cento) sobre o valor do objeto entregue incorretamente, sem prejuízo da obrigação de reposição e entrega do objeto de acordo com as especificações.

7.4. Multa por inexecução parcial do ajuste: 20% (vinte por cento) sobre o valor do material não entregue.

7.5. Multa por inexecução total: 20% (vinte por cento) sobre o valor contratual.

7.5.1. Na mesma multa incorrerá a CONTRATADA quando, por qualquer outra razão, der causa à rescisão do contrato pela CONTRATANTE.

7.6. A Multa por descumprimento de quaisquer das obrigações decorrentes deste ajuste não contempladas nos subitens acima, será de 2% (dois por cento) do valor total da contratação, podendo ser reduzida pela metade por manifestação da fiscalização ou da gestão do contrato quando demonstrada a baixa lesividade do descumprimento.

7.6.1. Na hipótese desta cláusula 7.6, poderá, ainda, ser proposta pelo gestor/fiscal do contrato, de maneira fundamentada, a aplicação da pena de ADVERTÊNCIA em vez da multa, quando não se justificar a imposição de penalidade pecuniária.

7.7. Nas hipóteses das cláusulas 7.4 e 7.5, ficará a critério do órgão competente da Administração a aplicação concomitante, em decisão fundamentada:

a) da pena de impedimento de licitar e contratar pelo prazo de até 3 (três) anos com a Administração, observado o disposto no art. 156, § 4º, da Lei Federal nº 14.133/2021;

b) da pena de inidoneidade por até 6 (seis) anos, observado o disposto no art. 156, § 5º, da Lei Federal nº

7.8. Na aplicação das sanções serão considerados a natureza e a gravidade da infração cometida, eventual reincidência, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes, os danos que dela provierem para a Administração Pública e a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.9. As sanções são independentes e a aplicação de uma não exclui a das outras.

7.10. O prazo para pagamento das multas será de 30 dias a partir da intimação da CONTRATADA.

7.11. A multa será devida após a aplicação da penalidade tornar-se definitiva, esgotados eventuais recursos interpostos pela CONTRATADA.

7.12. O valor das multas poderá ser descontado das faturas devidas à CONTRATADA.

7.13. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA à CONTRATANTE, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

7.14. Para a dispensa da aplicação de penalidade é imprescindível expressa manifestação da Unidade Requisitante, esclarecendo os fatos ou problemas que motivaram o inadimplemento, ou, na hipótese de caso fortuito ou força maior, que a CONTRATADA comprove a ocorrência do evento que a impediu de cumprir a obrigação, não bastando, em qualquer dos casos, a mera alegação da inexistência de prejuízo ao andamento dos serviços ou ao erário, conforme previsto no art. 146 do Decreto Municipal nº 62.100/2022.

7.15. A CONTRATANTE, por conveniência e oportunidade, observado o disposto na cláusula 7.8, poderá converter a multa pecuniária, não superior a R\$[●] (*observado o limite máximo de R\$ 150,00*), em advertência.

7.16. O procedimento para aplicação de penalidade observará o disposto nos artigos 145 a 148 do Decreto Municipal nº 62.100/2022.

7.17. Das decisões de aplicação de penalidade, caberá recurso nos termos dos artigos 166 e 167 da Lei Federal nº 14.133/2021, observados os prazos nele fixados.

8. DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1. Fica a CONTRATADA ciente de que a retirada deste anexo da nota de empenho implica no pleno conhecimento dos elementos dele constantes, bem como de todas as suas condições gerais e peculiares, não podendo invocar qualquer desconhecimento como fato impeditivo do seu perfeito cumprimento.

8.2. Nenhuma tolerância das partes quanto ao descumprimento de quaisquer das cláusulas do ajuste poderá ser entendida como aceitação, novação ou precedente.

8.3. A CONTRATADA deverá comunicar à CONTRATANTE toda e qualquer alteração de seus dados cadastrais, sendo sua obrigação manter, durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação previstas no edital.

9. DO PRAZO

9.1. O prazo de vigência da contratação é de [●] meses contados do recebimento desta nota de empenho, extinguindo-se quando cumprido o objeto do contrato.

9.2. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no art. 137 da Lei federal nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

9.3. Nesta hipótese, aplicam-se também os art. 138 e 139 da mesma Lei.

10. CLÁUSULA ANTICORRUPÇÃO

10.1. Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

11. FORO

11.1. Fica eleito o Foro da Fazenda pública da Comarca de São Paulo para todo e qualquer procedimento judicial oriundo desta contratação, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais especial ou

privilegiado que seja ou venha a ser.